



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00156 de 15 de agosto de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90070/24

Proc. nº TRF2-EOF-2024/00169

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 03/09/2024

Horário (de Brasília): 13:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Planilha de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Classif. documental

00.01.01.17



TRF2EDT202400156A

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Minuta de termo de contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de higienização de obras especiais e raras, bem como dos documentos arquivísticos de guarda permanente ou de prazo de guarda longo, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;



2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.



3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no valor total do objeto, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:



5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preço total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de vigência**, que iniciar-se-á a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, descrito no subitem 15.1.2 deste edital;

5.1.9 - **Prazo de execução**, que deverá ser de, no máximo, **12 (doze) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato;

5.1.10 - **Prazo de garantia**, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo de que trata o item 15 deste Edital;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.



5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.



6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o valor total do objeto, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.



7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 100,00 (cem reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.



7.12 - Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR valor total do objeto**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.2 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora.

8.3.3 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação,



ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49, da LC nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021.

8.5 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.5.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.5.2 - empresas brasileiras;

8.5.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.5.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.6 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>. Para tal o pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.

8.6.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.6.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.7 - Encerrada a etapa de lances o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR valor total do objeto**, observadas as exigências constantes deste Edital.



8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.11 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.11.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.14 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.



d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;



9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.



9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inhabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, demonstrando estar apta a realizar as etapas do serviço de higienização de obras raras e especiais bem como de documentos arquivísticos em suporte papel devendo obedecer às especificações contidas no Termo de Referência, elaboradas de acordo com as recomendações de instituições tais como a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER), Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), Laboratório de Conservação e Restauração do Centro de Documentação /Universidade de Brasília (CEDOC/UnB), Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Biblioteca Nacional(BN);"

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na área de higienização de acervos arquivísticos e bibliográficos em suporte papel.

9.5.1.1.1 - Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:
a) indicação do período de execução dos serviços;

b) indicação da equipe responsável pela execução dos trabalhos.



9.5.1.1.2 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - Comprovação de que a licitante possui em seu quadro profissional, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior (bacharel em algum dos seguintes cursos: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Biologia ou Conservação e Preservação de Bens Culturais) que será responsável pela supervisão das atividades de higienização.

9.5.3.1 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o(s) sócio(s) que comprove(m) seu(s) vínculo(s) por intermédio do contrato/estatuto social, o(s) administrador(es) ou diretor(es), o(s) empregado(s) devidamente registrado(s) em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o(s) prestador(es) de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o(s) profissional(is) detentor(es) de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.4 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

10 - VISTORIA

10.1 - Fica assegurado à licitante o direito de realização de vistoria prévia para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.



10.2 - A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação.

10.3 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, devendo ser previamente agendada através dos telefones: (21) 2282-8653 (Biblioteca) e 2282-8065 (Arquivo), no horário compreendido entre 11 e 18 horas, de segunda a sexta-feira.

10.4 - CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Seção de Biblioteca, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	3.3.90.39.78

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.



12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as



TRF2EDT202400156A

formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;



15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

16.1.3 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

16.1.4 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.



16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.



17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:



18.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

18.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

18.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

18.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

18.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 18.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

18.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00391

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1- Visa o presente Termo de Referência detalhar os elementos necessários à contratação de empresa para prestação de serviço especializado de higienização de obras especiais e raras, bem como dos documentos arquivísticos de guarda permanente ou de prazo de guarda longo, garantindo assim, a devida conservação do acervo arquivístico (918 metros lineares de documentos arquivísticos em suporte papel) e bibliográfico (1.258 livros, obras raras e 143 livros, acervo especial) do TRF2. Será necessário eliminar o máximo possível de sujidades extrínsecas aos documentos e obras, que é inerente ao seu próprio armazenamento a longo prazo. A higienização é uma ação que deve ser executada periodicamente, considerando a necessidade de preservação a longo prazo de documentos e livros. Este serviço estabelece a identificação de eventuais ataques de microrganismos ou insetos ao acervo, bem como a identificação do seu estado de conservação, e se haverá possibilidade de manuseio pela equipe e usuários;

1.1.2- A Contratada fornecerá mão-de-obra, qualificada e compatível à correta execução dos serviços, devendo selecionar e preparar os empregados, que deverão ter funções profissionais legalmente registradas, assumindo todos os custos e encargos trabalhistas e previdenciários;

1.1.3- A Contratada deverá apresentar declaração de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior (bacharel em algum dos seguintes cursos: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Biologia ou Conservação e Preservação de Bens Culturais) que será responsável pela supervisão das atividades de higienização;

1.1.4- A Contratada deverá comprovar possuir o aparelhamento e o pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto, compreendendo as atividades necessárias;

1.1.5- O serviço deverá ser executado dentro das dependências do TRF2, minimizando assim os riscos inerentes a possíveis perdas e/ou extravios de informações e documentos bem como proporcionar uma fiscalização efetiva e constante concernente aos serviços desenvolvidos. Ressalta-se que tanto a Biblioteca como o Arquivo possuem espaço físico suficiente para que todo o serviço descrito neste ETP seja realizado com eficiência;

1.1.6- Para a higienização dos livros, documentos ou processos deverão ser utilizadas mesas higienizadoras com sucção e capela, a serem disponibilizados pela Contratada;

1.1.7- A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A

Classif. documental	30.01.01.01
---------------------	-------------



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.8- A contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

1.1.9- Os procedimentos a serem aplicados não devem provocar transformações nos materiais e suportes, além de serem inócuos e não deixarem resíduos tóxicos;

1.1.10- Todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços, deverão ser providenciados pela Contratada e fornecido a seus técnicos, não recaindo sobre o Contratante nenhuma responsabilidade quanto ao desgaste, dano parcial ou total dos mesmos;

1.1.11- A Higienização dos livros (obras raras e especiais) deverá obedecer aos seguintes requisitos:

1.1.11.1- Limpeza das superfícies (higienização mecânica a seco, feita folha a folha, quando for o caso, ou parcialmente, nos casos determinados, com o uso de trincha macia, flanela ou pano do tipo perfex);

1.1.11.2- Retirada de excrementos de insetos/animais e de traços de metais /oxidação (c/ uso de bisturi, pinças e/ou espátulas);

1.1.11.3- Eliminação de reparações antigas (excesso de cola, restos de papéis, fitas adesivas, etc.);

1.1.11.4- Limpeza de capas em couro com pincéis. Para revestimento em papel será passado boneca de pano com recheio de borracha tk ralada;

1.1.11.5- Limpeza profunda de cada folha de cada livro (quando for o caso), com uso de trinchas macias, bisturi com lâmina sem corte e pó de borracha; Limpeza de prateleiras com pano umedecido em água com leve porção de bactericida ou álcool absoluto;

1.1.11.6- Com os volumes ainda nas estantes serão limpas as lombadas dos volumes utilizando-se aspirador de pó da marca ROBOT ou RAIMBOW, especial para essa atividade e com tanque de água para recolher a sujidade;

1.1.12- A higienização do acervo arquivístico deverá obedecer aos seguintes requisitos:

1.1.12.1- Usar, obrigatoriamente, lápis 6B para fazer as anotações nos documentos/processos e nos invólucros e borracha especial para desenho (branca, macia e não abrasiva) em caso de erro ou para refazer qualquer notação nos documentos;

1.1.12.2- Higienizar individualmente os documentos, dossiês, processos, encadernados, por meios físicos (higienização mecânica a seco), folha a folha;

1.1.12.3- Para a higienização dos documentos/dossiês/processos /encadernados, utilizar mesas higienizadoras com sucção e capela, a serem disponibilizados pela Contratada;



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.12.4- Remover pó, fitas adesivas e detritos acumulados, volume por volume, interna e externamente, das páginas, capas, lombadas, de todos os documentos /dossiês/processos/encadernados;

1.1.12.5- Retirar clips, bailarinas, barbantes, ou quaisquer outros agentes de degradação. Utilizar bisturi, pinças, swab e espátulas para fazer a remoção mecânica de grampos, garras, cliques etc.;

1.1.12.6- No caso de processos/dossiês, os documentos que estiverem afixados somente por clips ou grampos metálicos deverão ser presos através de presilhas de plástico do processo (grampos trilhos), mantendo a ordenação original de páginas;

1.1.12.7- No caso de documentos (itens documentais) que encontrarem-se fora de processos/dossiês, e estiverem afixados somente por clips ou grampos metálicos, deverão ser presos através de clips de plástico, ou mantidos individualmente dentro de envelopes brancos, mantendo a ordenação original de páginas;

1.1.12.8- Limpar com trinchas de pelo natural (macias), flanelas de algodão e pó de borracha (quando for aplicável, de acordo com critérios técnicos da área) todas as páginas de cada volume;

1.1.12.9- Oxigenar todas as folhas de cada volume;

1.1.12.10- Recolher e identificar os fragmentos de documentos ou etiquetas soltas, guardando-os em envelopes com PH alcalino que deverão ser confeccionados para este fim, arquivando-os junto ao documento/dossiê/processo/encadernado a que se refere;

1.1.12.11- Os processos/dossiês/encadernados deverão ser manuseados por unidade, para manter a sua integridade, organização e ordem interna, sendo vedada a retirada de quaisquer de suas partes e alteração da ordem original;

1.1.12.12- Trocar as caixas poliondas que armazenam o acervo arquivístico, que eventualmente estiverem danificadas, quebradiças, ou sem condições de utilização;

1.1.12.13- Afixar visores de identificação das caixas, caso os mesmos estejam soltos ou pendurados;

1.1.12.14- A Contratante fornecerá os grampos/trilhos de plástico, caixas poliondas brancas, envelopes brancos, visores e folhas de papel alcalino, no caso de uma eventual troca;

1.1.12.15- A Contratada fornecerá equipamentos, trinchas, bisturis, swabs, pinças, ou quaisquer outros equipamentos ou utensílios necessários para a execução contratual, e execução das atividades de higienização;

1.1.13- Documentar as etapas do trabalho por meio fotográfico, cujas imagens deverão ser apresentadas no relatório;

1.1.14- Ao final do trabalho deverá ser apresentado um relatório com diagnóstico da situação encontrada, avaliação geral do estado de conservação, indicação de todos os procedimentos utilizados durante o processo, indicação de quais processos/livros/dossiês/documentos/encadernados possuam algum tipo de documento

3



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

em suporte diferente do papel ou material avulso (Ex.: no caso do acervo arquivístico: CDs, DVDs, Fotografias, Mapas, Objetos, etc.. No caso do acervo bibliográfico: papéis /documentos/ materiais avulsos dentro dos livros), indicação de intervenções necessárias a manutenção do acervo e outras intervenções que não foram contempladas no processo de higienização porém necessárias a sua preservação (ex.: desinfestação, desinfecção, restauração, etc.), bem como indicação dos procedimentos necessários para sua recuperação física;

1.1.15- Com base no relatório, separar os processos/livros/dossiês /documentos/encadernados que estejam contaminados, infestados, ou que estejam em avançado estado de deterioração (quarentena).

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1- O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do contrato.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

1.3.1- A Contratada deverá informar em sua proposta que o serviço ofertado deverá contar com garantia total de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do mesmo, comprometendo-se a refazer o serviço em qualquer volume que apresente defeitos, vícios ou falhas de execução, inclusive decorrentes dos materiais utilizados, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual.

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

1.4.1- Garantia de 12 (doze) meses, no Município do Rio de Janeiro, prestada de acordo com as características presentes neste Termo de Referência;

1.4.2- O prazo máximo para início de atendimento é de 10(dez) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à solicitação;

1.4.2.1- A solicitação será formalizada mediante mensagem eletrônica para o endereço eletrônico de contato da CONTRATADA.

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

1.5.1- Não se aplica.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.6.1- A Contratada deverá estar apta a realizar as etapas do serviço de higienização de obras raras e especiais bem como e documentos arquivísticos em suporte papel devendo obedecer às seguintes especificações elaboradas de acordo com as recomendações de instituições tais como a Associação Brasileira de Encadernação e Restauo (ABER), Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), Laboratório de Conservação e Restauração do Centro de Documentação/Universidade de Brasília (CEDOC/UnB), Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Biblioteca Nacional(BN);



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

4



TRF2TER202400391A

SIGA



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.6.2- A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência na área de higienização de acervos arquivísticos e bibliográficos em suporte papel.

1.6.2.1- Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

a) Indicação do período de execução dos serviços;

b) Indicação da equipe responsável pela execução dos trabalhos.

c) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro profissional, no mínimo, 01 (um) profissional de nível superior (bacharel em algum dos seguintes cursos: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Biologia ou Conservação e Preservação de Bens Culturais) que será responsável pela supervisão das atividades de higienização.

d) O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, o(s) sócio(s) que comprove(m) seu(s) vínculo(s) por intermédio do contrato/estatuto social, o(s) administrador(es) ou diretor(es), o(s) empregado(s) devidamente registrado(s) em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o(s) prestador(es) de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o(s) profissional(is) detentor(es) de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência."

1.7 VISTORIA:

1.7.1- Fica assegurado à licitante o direito de realização de vistoria prévia para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

1.7.2- A licitante poderá optar por substituir a vistoria pela apresentação de declaração formal assinada por seu responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, sob pena de inabilitação.

1.7.3- A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, devendo ser previamente agendada através dos telefones: (21) 2282-8653 (Biblioteca) e 2282-8065 (Arquivo), no horário compreendido entre 11 e 18 horas, de segunda a sexta-feira.

1.7.4- CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Seção de Biblioteca, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação.

1.8 METAS FÍSICAS:

1.8.1- Alcançar a higienização de 1.258 livros (obras raras) e 143 livros (acervo especial), pertencentes ao acervo da Seção de Biblioteca, e higienização folha a folha de aproximadamente 918 metros lineares de documentos arquivísticos em suporte papel, pertencentes ao acervo do Setor de Arquivo;

1.8.2- A partir da contratação dos serviços já discriminados almeja-se proporcionar um conjunto de medidas e procedimentos destinados a assegurar a proteção física do acervo contra os agentes de deterioração, garantindo as condições de preservação da integridade das obras ao longo do tempo, bem como pretende-se que



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

5

SIGA



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

todo o acervo arquivístico esteja em condições adequadas de preservação, de forma que servidores e usuários possam manuseá-lo sem riscos à saúde e à conservação dos documentos;

1.8.3- Documentos e processos acondicionados em caixas de poliondas em condições de manuseio, e identificadas através dos respectivos visores.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

1.9.1- O serviço deverá ser executado dentro das dependências do TRF2, minimizando assim os riscos inerentes a possíveis perdas e/ou extravios de informações e documentos bem como proporcionar uma fiscalização efetiva e constante concernente aos serviços desenvolvidos. Ressalta-se que tanto a Biblioteca como o Arquivo possuem espaço físico suficiente para que todo o serviço descrito neste TER seja realizado com eficiência.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

1.10.1- Não se aplica.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.11.1- Responder por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

1.11.2- O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

1.11.3- As especificações descritas ao longo do Termo de Referência representam os requisitos essenciais exigidos pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA fornecer todos os componentes necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção.

1.11.4- Deverão ser observadas pela CONTRATADA as normas de segurança e confidencialidade das informações obtidas durante a vigência do contrato.

1.11.5- A CONTRATADA não poderá divulgar, mesmo em caráter estatístico, quaisquer informações originadas na CONTRATANTE sem prévia autorização formal.

1.11.6- A CONTRATADA será responsabilizada quanto à falta de manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, informações, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos ou posteriormente a cessão da prestação contratual, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos ou informações, sob pena de aplicação de sanção prevista edital.



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.11.7- Quando nas dependências da CONTRATANTE os técnicos da CONTRATADA ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da CONTRATANTE, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.

1.11.8- A Contratada deverá montar estações de tratamento nas instalações físicas da Biblioteca com o objetivo de trabalhar de forma integrada com os responsáveis pelo acervo da instituição.

1.11.9- Os equipamentos para a realização dos serviços nas estações de tratamento montada nas instalações da Biblioteca serão fornecidos pela Contratada.

1.11.10- A Contratada fornecerá equipamentos, trinchas, bisturis, swabs, pinças, ou quaisquer outros equipamentos ou utensílios necessários para a execução contratual, e execução das atividades de higienização.

1.11.11- A contratada deve possuir e fornecer mesas de higienização para a realização de higienização básica.

1.11.12- A Contratada fornecerá a mão-de-obra especializada, assumindo todos os custos e encargos trabalhistas e previdenciários.

1.11.13- A Contratada deverá tomar todas as precauções para garantir a integridade das estações de tratamento instaladas nas dependências do Arquivo e da Biblioteca, se responsabilizando por todos os danos causados, decorrentes de atos ou omissões de seus funcionários, durante a execução dos serviços.

1.11.14- Para acesso às dependências do Tribunal e do Arquivo e da Biblioteca, a Contratada deverá cumprir as normas de segurança adotadas, fornecendo nome e RG dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços, com crachás de identificação.

1.11.15- Indicar um representante formalmente credenciado, que deverá permanecer no local, servindo de interlocutor entre a Contratada e as Supervisões do Arquivo e da Biblioteca.

1.11.16- Os serviços deverão ser executados no horário das 11h às 18h, de 2ª a 6ª feira, excetuando-se os feriados e os recessos forenses.

1.11.17- Substituir imediatamente qualquer funcionário incapaz de bem executar suas atribuições ou por descumprimento das normas internas do contratante.

1.11.18- É vetado à Contratada divulgar no todo ou em parte, qualquer item do acervo, para qualquer finalidade, sem prévia autorização do Tribunal.

1.11.19- Notificar a Contratante, por escrito, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, da ocorrência de quaisquer fatores que possam impedir a execução dos serviços.

1.11.20- Preenchimento de Termo de Responsabilidade, exigido como garantia de responsabilidade sobre a integridade do material a ser tratado, sendo este de caráter único e permanente, conforme modelo anexo.



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.11.21- Preenchimento de Termo de Confidencialidade, exigido como garantia de sigilo sobre informações contidas nos documentos, conforme modelo anexo.

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1- Permitir o livre acesso dos técnicos da Contratada ao local da execução dos serviços, nos horários acordados.

1.12.2- Prestar informações e esclarecimentos à CONTRATADA, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato.

1.12.3- Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento objeto deste contrato, determinado, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas.

1.12.4- Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta contratação;

1.12.5- Recusar o recebimento do serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

1.12.6- Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação pela CONTRATADA.

1.12.7- Notificar a Contratada por escrito, em 48 (quarenta e oito) horas, fixando-lhe prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados no decorrer da execução dos serviços.

1.12.8- Demais deveres e responsabilidades previstas no edital.

1.13 CÓDIGO SIASG: 2267-5

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

1.14.1- Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1- O serviço de Higienização das obras especiais e raras, bem como dos documentos arquivísticos faz-se necessário, a fim de garantir as condições de preservação da integridade das obras ao longo do tempo e disponibilizar o material para consulta de pesquisadores, possibilitando ao consultor ótimas condições de leitura e manuseio, bem como a salvaguarda adequada para manter e preservar seu extenso e valioso acervo, tão relevante para a memória institucional;

2.1.1- Efeitos nocivos são gerados nos próprios ambientes da Biblioteca/Arquivo ou provenientes do exterior que causam ressecamento, manchas, escurecimentos, desintegração do papel, alteração de cores de estampas, corrosões no papel de vários tipos, seja existente na capa, contracapa, costura ou no miolo do documento, por isso faz-se imprescindível a higienização para se evitar, principalmente a depreciação do documento;



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

8



TRF2TER202400391A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.2- A ação dos agentes de deterioração pode oferecer grandes riscos para a integridade física e informacional desses documentos, bem como a falta de uma política de preservação eficiente. Deste modo, a necessidade de uma ação direta, realizada de forma sistemática e por profissionais capacitados, torna-se vital para a preservação de obras raras, especiais e documentos arquivísticos existentes na Biblioteca e no Arquivo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

2.3- É necessário que as obras raras e especiais bem como o acervo arquivístico de guarda permanente/prazo longo estejam em condições de serem disponibilizados para acesso aos cidadãos, de modo a não apresentar condições que coloquem em risco a saúde de quem o manusear;

2.4- Os documentos que constituem os acervos arquivísticos ou qualquer outro tipo de unidade de informação apresentam características específicas que requerem estratégias de conservação especiais. Vários fatores ambientais contribuem para que haja problemas na guarda dos documentos. Umidade, fungos, ácaros e bactérias podem fazer com que eles se deteriore muito rapidamente por isso a necessidade de higienização, garantindo a manutenção do acervo e a preservação dele por muito mais tempo;

2.5- Existe a necessidade de identificação de quais documentos arquivísticos e obras especiais e raras não estão em condições de manuseio, por encontrarem-se com rasgos ou fragilidades que impeçam o acesso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1- A descrição da solução como um todo, abrange a prestação de serviços especializados em higienização de obras raras especiais, bem como de documentos arquivísticos e a organização do acervo físico, por meio da aplicação dos instrumentos técnicos de gestão;

3.2- A Contratada deverá estar apta a realizar as etapas do serviço de higienização de obras raras e especiais bem como e documentos arquivísticos em suporte papel devendo obedecer às seguintes especificações elaboradas de acordo com as recomendações de instituições tais como a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER), Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais (ABRACOR), Laboratório de Conservação e Restauração do Centro de Documentação/Universidade de Brasília (CEDOC/UnB), Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Biblioteca Nacional(BN);

3.2.1- Limpeza das superfícies (higienização mecânica a seco, feita folha a folha, quando for o caso, ou parcialmente, nos casos determinados, com o uso de trincha macia, flanela ou pano do tipo perfix);

3.2.2- No caso do acervo arquivístico higienizar individualmente os itens documentais/processos por meios físicos (higienização mecânica a seco), folha a folha;

3.2.3- Retirada de excrementos de insetos/animais e de traços de metais /oxidação (c/ uso de bisturi, pinças e/ou espátulas);

3.2.4- Eliminação de reparações antigas (excesso de cola, restos de papéis, fitas adesivas, etc.);



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

3.2.5- Limpeza de capas em couro com pincéis. Para revestimento em papel será passado boneca de pano com recheio de borracha tk ralada;

3.2.6- Limpeza profunda de cada folha de cada livro(quando for o caso), com uso de trinchas macias, bisturi com lâmina sem corte e pó de borracha;

3.2.7- Limpeza de prateleiras com pano umedecido em água com leve porção de bactericida ou álcool absoluto;

3.2.8- Com os volumes ainda nas estantes serão limpas as lombadas dos volumes utilizando-se aspirador de pó da marca ROBOT ou RAIMBOW, especial para essa atividade e com tanque de água para recolher a sujidade;

3.3. Ao final do trabalho deverá ser apresentado um relatório com diagnóstico da situação encontrada, avaliação geral do estado de conservação, indicação de todos os procedimentos utilizados durante o processo, indicação de quais processos/livros/dossiês/documentos possuam algum tipo de documento em suporte diferente do papel ou material avulso (Ex.: no caso do acervo arquivístico: CDs, DVDs, Fotografias, Mapas, Objetos, etc.. No caso do acervo bibliográfico: papéis/documentos/materiais avulsos dentro dos livros), indicação de intervenções necessárias a manutenção do acervo e outras intervenções que não foram contempladas no processo de higienização porém necessárias a sua preservação (ex.: desinfestação, desinfecção, restauração, etc.).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1- O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de referência e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação;

4.1.2- A Contratada fornecerá mão-de-obra, qualificada e compatível à correta execução dos serviços, devendo selecionar e preparar os empregados, que deverão ter funções profissionais legalmente registradas, assumindo todos os custos e encargos trabalhistas e previdenciários;

4.1.3-- As licitantes deverão comprovar possuir o aparelhamento e o pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto, compreendendo as atividades necessárias;

4.1.4- A Contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos empregados, sempre que necessários, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

4.1.5- A Contratada deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato;

4.1.6- Em relação à higienização de obras raras e especiais, o licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica que comprovem experiência na área de higienização de acervos arquivísticos ou bibliográficos em



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

suporte papel. Esses atestados devem ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devem declarar que o licitante já entregou, de forma satisfatória, objeto compatível com o da presente contratação. A critério da Administração, poderão ser solicitadas cópias de contratos já firmados, notas fiscais ou qualquer outro documento que comprove a veracidade das informações fornecidas nos atestados, bem como a viabilidade do valor ofertado;

4.1.7- O serviço deverá ser executado dentro das dependências do TRF2, minimizando assim os riscos inerentes a possíveis perdas e/ou extravios de informações e documentos bem como proporcionar uma fiscalização efetiva e constante concernente aos serviços desenvolvidos. Ressalta-se que tanto a Biblioteca como o Arquivo possuem espaço físico suficiente para que todo o serviço descrito neste ETP seja realizado com eficiência;

4.1.8- Para a higienização dos livros, documentos ou processos deverão ser utilizadas mesas higienizadoras com sucção e capela, a serem disponibilizados pela Contratada;

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.2.1- O processo deve ser realizado por profissionais qualificados, que estejam cientes das questões ambientais e adotem abordagens sustentáveis em seu trabalho. Ademais a contratação prevê que o serviço será executado de acordo com a legislação dos órgãos ambientais;

4.2.2- Havendo necessidade de retirada de restos de materiais, os mesmos serão descartados seguindo os critérios e legislação relativos à sustentabilidade, eliminando, desta forma, eventos adversos que se apresentem com potencial para causar prejuízos aos itens ambientais destacados nos meios físico, biótico e antrópico;

4.2.3- A contratada não poderá utilizar materiais perigosos ou tóxicos na execução dos serviços conforme contratados;

4.2.4- A contratada deverá utilizar o mínimo possível de água ou energia na execução dos serviços conforme contratados;

4.2.5- Os equipamentos e materiais utilizados deverão ser compostos preferencialmente de materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos na sua composição.

4.2.6- A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

4.2.7- A contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

4.2.8- Os procedimentos a serem aplicados não devem provocar transformações nos materiais e suportes, além de serem inócuos e não deixarem resíduos tóxicos.



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1- Sobre os benefícios a serem alcançados pela contratação, nos termos pretendidos, destacam-se:

5.1.1- Proporcionar um conjunto de medidas e procedimentos destinados a assegurar a proteção física dos acervos arquivísticos e bibliográficos contra os agentes de deterioração, garantindo as condições de preservação da integridade das obras ao longo do tempo;

5.1.2- A conservação de acervos documentais constitui atividade de grande importância e deve ser executada de forma sistemática, com o objetivo de manter os acervos livre de ameaças externas como poeira e outras substâncias chamadas genericamente de sujidades, bem como detritos de insetos que podem fazer com que os documentos se deteriorem rapidamente;

5.2- Pretende-se que todo o acervo arquivístico em suporte papel de guarda permanente e eliminável com prazo de guarda longo (a partir de 20 anos) esteja em condições adequadas de preservação, de forma que servidores e usuários possam manuseá-lo sem riscos à saúde e à conservação dos documentos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1- A Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato. São atribuições da fiscalização:

6.1.1- Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, pertinentes ao objeto.

6.1.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

6.1.3- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, como também indicar as ocorrências verificadas.

6.1.4- Solicitar à contratada ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato, bem como anexar aos autos cópias dos documentos que comprovem essas solicitações.

6.1.5- Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto fornecido ou no serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

6.1.6- Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.

6.1.7- A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

7.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail: notafiscal@trf2.jus.br:

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7 a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.8- Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1- O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1- O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1- A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no **ID 61** do POA - SIGA GO. Não vinculado a objetivo estratégico e a macrodesafio.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 1 - Pontuação Acumulada

PONTUAÇÃO ACUMULADA	GLOSA
01 (um) ponto	Não há glosa, apenas advertência
02 (dois) pontos	Não há glosa, apenas advertência
03 (três) pontos	Glosa correspondente a 1% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
04 (quatro) pontos	Glosa correspondente a 2% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
05 (cinco) pontos	Glosa correspondente a 3% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
06 (seis) pontos	Glosa correspondente a 4% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.
07 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação.



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>



TRF2TER202400391A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>



TRF2EDT202400156A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

acima de 07 (sete) pontos	Glosa correspondente a 5% do valor faturado do mês de apuração da pontuação, acrescido de 1% para cada ponto extra.
---------------------------	---

Tabela 2 - Ocorrências

ITEM	OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO
1	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	0,2
2	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	0,3
3	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	0,3
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	0,3
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	0,1
6	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado	0,2
7	Não Utilizar na prestação dos serviços, mão de obra qualificada e nem materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.	0,2
8	Retirar das dependências do TRF quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	0,3
9	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	0,1
10	Não manter a documentação de habilitação atualizada.	0,1
11	Não cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	0,3
12	Não cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários.	0,1
13	Não cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	0,1
14	Não entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	0,2
15	Descumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após	0,3



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento Nº: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>



TRF2TER202400391A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento Nº: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	
16	Não respeitar o sistema de segurança do Contratante e fornecer todas as informações solicitadas pelo mesmo, permitindo, inclusive que seus empregados sejam vistoriados pela Segurança Interna do Contratante	0,1
17	Causar perdas e danos ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.	0,3
18	Não reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.	0,3
19	Não fornecer todo o material, ferramentas e aparelhos mecânicos ou eletrônicos de aferição, regulagem ou ajuste, necessários para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, não recaindo sobre o Contratantes qualquer responsabilidade quanto ao desgaste ou dano parcial ou total dos mesmos.	0,3
20	Não permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.	0,2

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1- Risco: Atraso ou suspensão no processo licitatório

12.1.1- Probabilidade: Média

12.1.2- Impacto: Alto

12.1.3- Dano 1: Impossibilidade de disponibilização do acervo, por apresentar fragilidades ou condições inadequadas de manuseio pelos usuários

12.1.4- Ação Preventiva 1: Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.

12.1.5- Responsável: Setor responsável pelo serviço:

12.1.6- Ação Preventiva 2: Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.

12.1.7- Responsável: Setor responsável pelo serviço

12.1.8- Ação Preventiva 3: Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento N°: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento N°: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

12.1.9- Responsável: Setor responsável pelo serviço

12.1.10- Ação de Contingência 1: Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.

12.1.11- Responsável: Direção Secretaria

12.1.12- Ação de Contingência 2: Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.

12.1.13- Responsável: Administração TRF

12.2- Risco: Especificação Insuficiente para os serviços

12.2.1- Probabilidade: Baixa

12.2.2- Impacto: Alto

12.2.3- Dano 1: Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.

12.2.4- Ação Preventiva 1: Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.

12.2.5- Responsável: Setor responsável pelo serviço

12.2.6- Ação de Contingência 1: Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.

12.2.7- Responsável: Equipe de Fiscalização

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 07 de agosto de 2024.

- assinado eletronicamente -

ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA
ANALISTA JUDICIÁRIO(A)
NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL E BIBLIOTECA



TRF2TER202400391A



TRF2EDT202400156A



17

Assinado com senha por ADRIANA TELLES FIORAVANTI FERREIRA - 07/08/2024 às 14:28:01.
Documento N°: 4188666-5561 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4188666-5561>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:31.
Documento N°: 4196235.36685015-9616 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685015-9616>

SIGA



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

(Nome ou razão social da empresa contratada, CNPJ, inscrição estadual e endereço da sede), por seu representante legal, (nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, carteira de identidade), nos termos da cláusula nº _____ do contrato nº _____, firmado com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, compromete-se, por si, seus funcionários e prepostos, a garantir a confidencialidade das informações e dados constantes dos documentos a que tiver acesso durante a execução do objeto do contrato, tendo ciência que a pessoa física ou jurídica, conforme o caso expresso neste termo, que for responsável pelo manuseio e tratamento dos documentos, terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso ou divulgação das informações fornecidas ou contidas nos documentos, eximindo, consequentemente, de qualquer responsabilidade, o TRF2 e seus agentes.

(Local e data da assinatura)

(Assinatura)



Assinado com senha por DÉBORA CORDEIRO DA COSTA - 30/07/2024 às 18:47:13.
Documento Nº: 4103800.36559604-5035 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4103800.36559604-5035>



TRF2EOF202400169V01

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:40.
Documento Nº: 4196235.36685022-9644 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685022-9644>





TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TERMO DE RESPONSABILIDADE

(Nome ou razão social da empresa contratada, CNPJ, inscrição estadual e endereço da sede), por seu representante legal, (nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF, carteira de identidade), nos termos da cláusula nº _____ do contrato nº _____, firmado com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, compromete-se, por si, seus funcionários e prepostos, a garantir a integridade física dos documentos, das informações contidas na documentação durante o processo de higienização, bem como evitar perdas de registros em razão do manuseio e uso indevido de equipamentos e instrumentos, responsabilizando-se por danos causados por seus funcionários ou prepostos.

(Local e data da assinatura)

(Assinatura)



Autenticado digitalmente por DÉBORA CORDEIRO DA COSTA - 30/07/2024 às 18:46:53.
Documento Nº: 4103800.36559598-4357 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4103800.36559598-4357>

SIGA



TRF2EOF202400169V01



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:47:50.
Documento Nº: 4196235.36685026-9648 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685026-9648>

SIGA



ANEXO II
PE 90070/24

TRF2-EOF-2024/169

PLANILHA DE PREÇOS

OBJETO: Higienização do acervo bibliográfico de obras especiais e raras e acervo arquivístico

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)
1.1	Documentos arquivísticos suporte em papel	metro linear	918	R\$ 351,22	R\$ 322.419,96
1.2	Acervo bibliográfico - livros	unidade	1258	R\$ 55,25	R\$ 69.504,50
1.3	Acervo de obras raras e especiais	unidade	143	R\$ 56,25	R\$ 8.043,75
VALOR TOTAL R\$ 399.968,21 (TREZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)					

TRF2-EOF-2024/169- ANEXO II – Planilha de Preços



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:04:36.
Documento Nº: 4108247.36560576-8653 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560576-8653>



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:00.
Documento Nº: 4196235.36685037-9680 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685037-9680>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:04:36.
Documento Nº: 4108247.36560576-8653 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560576-8653>



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:00.
Documento Nº: 4196235.36685037-9680 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685037-9680>

SIGA

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e
229/2016)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

_____**DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:40:23.
Documento Nº: 3814898-300 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814898-300>



TRF2CAP202316485

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:19.
Documento Nº: 4196235.36685048-9712 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685048-9712>



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:36:54.
Documento Nº: 3814886-1177 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814886-1177>



TRF2CAP202316483

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:10.
Documento Nº: 4196235.36685038-9681 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685038-9681>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE HIGIENIZAÇÃO DE OBRAS ESPECIAIS E RARAS, BEM COMO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DE GUARDA PERMANENTE OU DE PRAZO DE GUARDA LONGO, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00169

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr.(ª)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2024/00169, em consequência do Pregão Eletrônico nº ____/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2024, através do despacho nº TRF2-DES-2024/_____, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *prestação de serviços especializados de higienização de obras especiais e raras, bem como dos documentos arquivísticos de guarda permanente ou de prazo de guarda longo*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT20240065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados de higienização de obras especiais e raras, bem como dos documentos arquivísticos de guarda permanente ou de prazo de guarda longo, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e seus Anexos I, II, III e IV, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

2.1 - Descritas detalhadamente nos subitens 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3 e 1.1.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 – Descrita detalhadamente nos subitens 1.1.5 ao 1.1.15 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

3.2 – DOS REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE:

3.2.1 - Descritos detalhadamente no item 4.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

3.3 – DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

3.3.1 - Descritos detalhadamente no item 4.2 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

3.4 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.4.1 - O prazo de execução dos serviços é de ____ (____) meses */no máximo, 12 (doze) meses, conforme Proposta*, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato pelo Contratante.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no Item 1.11 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

4.2 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas a especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 2



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT20240065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

4.3.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

4.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.4.1 – Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.5 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

5.1 – São obrigações do Contratante, as constantes no Item 1.12 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), parte integrante deste Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1 – Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do presente Contrato será recebido da seguinte forma:

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 3



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT20240065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

6.1.1 - Provisoriamente – Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.2 - Definitivamente - Por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado.

6.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, designados na forma estabelecida no item 12.1, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e de seus anexos.

6.3 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

6.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

6.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 4



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1 - DO PREÇO:

7.1.1 - Planilha de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Higienização de documentos arquivísticos de guarda permanente ou de prazo de guarda longo do Contratante	Metro linear	918		
2	Higienização do acervo bibliográfico de obras raras do Contratante	Unid.	1.258		
3	Higienização do acervo bibliográfico de obras especiais do Contratante	Unid.	143		
VALOR TOTAL:					

7.1.2 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ ____
(____);

7.1.3 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ ____
(____);

7.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como: materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

7.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.2.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

7.2.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.2.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 5



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT20240065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.
7.2.1.3 – Para fins do disposto no subitem 7.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

7.2.3 – Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

7.2.4 – A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

7.2.5 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.2.5.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.2.7 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

7.2.7.1 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem 7.2.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.2.8 – Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 – As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do Contratante, conforme o adiante especificado:

Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
3.3.90.39.78	168.413	

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 6



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

8.2 - Na parcela referente ao exercício de 2025 a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

9 - CLÁUSULA NONA: DAS SANCÕES:

9.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO:

10.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

10.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

10.3 - A extinção mencionada no item anterior se será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

11.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, e seus Anexos I, II, III e IV;
- Proposta datada de ____/____/2024 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2024/____).
- CERTIFICADO DE VISTORIA, se houver, emitido pela Seção de Biblioteca e Arquivo - telefones: (21) 2282- 8653 (Biblioteca) e (21) 2282- 8065 (Arquivo), comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato (TRF2-CAP-2024/____).

11.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, ou comissão de servidores, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada,

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 7



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

pertinentes ao objeto.

12.2.2- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Contrato.

12.2.3 - Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, como também indicar as ocorrências verificadas.

12.2.4 - Solicitar à Contratada ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato, bem como anexar aos autos cópias dos documentos que comprovem essas solicitações.

12.2.5 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto fornecido ou no serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

12.2.6 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato.

12.2.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

13.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1.1 – O prazo de vigência do presente Contrato iniciar-se-á a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, descrito no subitem 15.1.2 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13.2 – DA GARANTIA:

13.2.1 – O prazo de garantia do serviço é de ____ (_____) ____, [*no mínimo 12 (doze) meses, conforme Proposta*], a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de que trata o ITEM 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, comprometendo-se a refazer o serviço em qualquer volume que apresente defeitos, vícios ou falhas de execução, inclusive decorrentes dos materiais utilizados, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no termo contratual.

13.3 – DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

13.3.1 - Garantia de 12 (*doze*) meses, no Município do Rio de Janeiro, prestada de acordo com as características presentes neste Contrato;

13.3.2 - O prazo máximo para início de atendimento é de 10 (*dez*) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à solicitação;

13.3.3 - A solicitação será formalizada mediante mensagem eletrônica para o endereço eletrônico de contato da Contratada.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 8



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº _____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

14.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, que estão dispostas no ITEM 11 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS:

15.1 – A Matriz de Análise de Riscos está prevista no ITEM 12 do Anexo I (Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

16.1 – Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de **RS** _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor anual deste Contrato.

16.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.1.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

16.1.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

16.1.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

16.1.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

16.1.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 16.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

16.1.4 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

16.1.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 16.1.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

16.1.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 16.1.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

16.1.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

16.1.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

Contrato nº TRF2-CON-2024/ _____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 9



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

16.1.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

16.1.7 - Será considerada extinta a garantia:

16.1.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

16.1.7.2 - Com a extinção do Contrato.

16.1.8 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

16.1.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

16.1.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

16.1.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

16.1.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

16.1.9 - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 16.1.8.3 e 16.1.8.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS CASOS OMISSOS:

17.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

18.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

18.2 - No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

18.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato

18.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dccont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

18.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 10



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT202400065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundam. Lei 14.133/2021

Processo nº TRF2-EOF-2024/00169

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa Contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 11



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 29/07/2024 às 16:33:23.
Documento Nº: 4179257-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4179257-7760>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 31/07/2024 às 09:05:06.
Documento Nº: 4108247.36560587-8621 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4108247.36560587-8621>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 15/08/2024 às 13:48:29.
Documento Nº: 4196235.36685049-9713 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4196235.36685049-9713>



TRF2CAP202421446

SIGA



TRF2EDT20240065A

SIGA



TRF2EDT202400156A

SIGA